

ENTRE O CÉU E A TERRA: AS FRONTEIRAS AÉREAS DE SANTA MARIA E A SUA RELAÇÃO COM A FRONTEIRA SUL NA GEOPOLÍTICA DO PRATA (1944, 1971 e 1982)

Thiago Noschang Cabral¹

Resumo: O objetivo do presente artigo busca investigar qual a importância da Base Aérea de Santa Maria – tanto em nível nacional e regional – e a sua relação com a fronteira sul (Argentina e Uruguai), com enfoques ora na dimensão geopolítica, ora na identitária. O recorte temporal escolhido vai desde os antecedentes da Base em 1944, passando para o ano de sua inauguração em 1971. O problema da pesquisa consiste em preencher lacunas encontradas na historiografia sobre a história da Base Aérea de Santa Maria e sua relação com a fronteira sul, desenvolvendo o argumento a partir dos conceitos de fronteira desenvolvido por Grimson (2003, 2004) e no deslocamento de fronteira apresentado por Machado (2000) enquanto marco teórico. No tocante às fontes, a pesquisa se valeu da literatura especializada e de exemplares do periódico “A Razão”, jornal de grande publicação local. A hipótese construída indica que a base reforçou (e expandiu) a posição da cidade no Cone Sul, por meio de suas fronteiras aéreas, constituindo-a enquanto peça fundamental na relação com a fronteira sul em diferentes momentos basilares da história regional. Na mesma medida, reitera-se a centralidade da região platina como um dos principais palcos de relações exteriores do continente.

Palavras-chave: Base Aérea de Santa Maria, Bacia do Prata, geopolítica.

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Santa Maria localiza-se no centro do Rio Grande do Sul. Fundada em 1797, a sua história remonta à disputa por territórios entre Espanha e Portugal no contexto do Tratado de Santo Idelfonso (1777). Nessa época, o atual município constituía em um acampamento dos responsáveis pela demarcação da fronteira, situado entre o território das duas metrópoles europeias (MELLO; SILVA, p. 391). Logo, por conta da sua posição geográfica, desde o seu princípio (até os dias de hoje) Santa Maria conta com a presença constante de um número elevado de militares, devido à sua formação voltada para a defesa da fronteira sul (MACHADO, 2008, p. 52)². Quando fundada, a presença de militares atraiu comerciantes interessados em vender produtos para subsistência local. Com o tempo, a cidade passa a desempenhar um papel também de entreposto comercial – essencial para o crescimento que justificou a emancipação do município pelo ano de 1858 (PADOIN, 2022, p. 23).

Em 1878, mais uma vez tendo por base a sua centralidade geográfica – e também em decorrência de uma mudança no itinerário da ferrovia que conectava Porto Alegre a Uruguaiana – Santa Maria se tornou sede de um dos principais entroncamentos de ferrovias no sul do país. Entre o final do século XIX e início do XX a facilidade de comunicação via estradas de ferro fez

¹ Cursando el máster en Historia por el Programa de Posgrado en Historia de la Universidad Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM), bajo la dirección de la Prof^a. Dr^a. Maria Medianeira Padoin y becario de CAPES/DS. Licenciado en Relaciones Internacionales por la UFSM. Investigador en los grupos de investigación Grupo de Estudios en Relaciones Internacionales y de Investigación en Relaciones Internacionales (GEIPRI) y Historia Platina: Sociedad, Poder e Instituciones. Su área de investigación se centra en la Política Exterior latinoamericana, con enfoque en Argentina en los siglos XX y XXI.

² Vargas (2017, p. 31) afirma que a cidade nesse momento de disputa territorial entre Espanha e Portugal, por conta de sua localização, ficou conhecida como um lugar de resolução do conflito dos “Países do Prata”.

com que Santa Maria recebesse várias Congregações Religiosas motivadas pelo processo de imigração (italiana, alemã, africana, etc) para o sul do Brasil. Essas Congregações foram importantes para a consolidação da área educacional na região (PADOIN, 2022, p. 33).³ Até os dias de hoje,

[...] **Santa Maria** continuou seu crescimento populacional e a prevalência de sua característica comercial, vinculadas a sua posição geográfica por ser **região fronteiriça**, com um crescente contingente militar - o segundo do Brasil, por sua rede escolar e de ensino superior qualificado, pelas facilidades no transporte e comunicação com as demais regiões do Estado e com os países limítrofes, e por **uma relação econômica próxima com a metade sul do RS e com o norte do Uruguai** (PADOIN, 2022, p. 34, 2022, grifo meu).

Estes fatores colaboraram diretamente para que diferentes grupos (em maiores ou menores medidas) se integrassem à identidade local (PADOIN, 2022, p. 23). Em 1944, devido mais uma vez ao posicionamento estratégico da cidade, o então presidente Getúlio Vargas desapropriou terrenos em Santa Maria para a construção de um aeródromo, configurando um importante antecedente para a construção da Base Aérea de Santa Maria (BASM) em 1971 (IBGE, 2015).⁴

A BASM em sua configuração atual teve origem no período da ditadura, durante o governo Médici (1969-1974), mesclada à uma agenda de desenvolvimentismo e segurança nacional. Como pode ser visto, de certa maneira, todas as identidades acumuladas pela função da cidade são respaldadas no seu posicionamento geográfico, o que chama atenção para o papel a ser desempenhado por Santa Maria na região platina em uma dimensão de disputas regionais por poder. É sob esta ótica que a presente pesquisa se insere.

Segundo o IBGE (2015): “Desde sua criação, a Base Aérea de Santa Maria tornou-se elemento marcante da paisagem local, graças ao grande entrosamento que alcançou junto à comunidade, motivo que levou à idealização de sua denominação de ‘Sentinela Alada do Pampa’.⁵ Além de investigar os efeitos na comunidade local, busca-se aqui indagar como a construção de uma base aérea impactou teve um impacto na própria percepção de uma cidade fronteiriça (PADOIN, 2022) em relação à fronteira sul. Além de ilustrar inúmeros eventos de importância regional em que Santa Maria teve participação, a pesquisa também aborda como a Base foi utilizada durante a Guerra das Malvinas e qual a reverberação nas relações entre Brasil, Argentina e Uruguai.

³ Como resultado, desde 1950 Santa Maria era identificada como a Metrópole Escolar do Rio Grande do Sul (PADOIN, 2022, p. 33).

⁴ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=445029>. Acesso em 09 ago. 2024.

⁵ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=445030>. Acesso em 25 jul. 2024.

2 RESUMO DO CONTEXTO POLÍTICO INTERNACIONAL DA CONSTRUÇÃO DA BASE AÉREA DE SANTA MARIA.

2.1. Antecedente: a construção do aeródromo de santa maria durante o estado novo (1930-1944)

No ano de 1944 estava em vigência no Brasil o Estado Novo, governo autoritário comandado por Getúlio Vargas que durante a Segunda Guerra Mundial buscou utilizar do posicionamento brasileiro frente a guerra como um meio de barganha para o desenvolvimento nacional (CERVO, 2001). A aproximação com os Estados Unidos – que estava sendo ensaiada desde o início do conflito – se concretizou em sua plenitude em 1941, quando o país declarou guerra ao Eixo após 35 navios brasileiros serem torpedeados por submarinos alemães (OLIVEIRA, 2019).

Diante do contexto do conflito, Vargas usou de diversos meios sob justificativa de defesa para mobilizar recursos para o desenvolvimento nacional, por meio de investimentos na infraestrutura que se somaram a um esforço de abrangência nacional. Essa estratégia foi alinhada ao esforço norte-americano de uso do território nacional para alcançar o teatro de guerra europeu. Nesse sentido, os estadunidenses despenderam capital para a construção de bases aéreas no Nordeste brasileiro. Além disso, como evidência Henrique (2022, p. 99), a construção das bases e instalações de apoio durante o conflito mundial tinham por fim estabelecer meios de projeção da presença militar norte-americana no pós-guerra na América do Sul. Para o Brasil, uma das principais motivações para se alinhar aos EUA dava-se pela promoção do desenvolvimento de infraestrutura e de indústria pesada (sendo exemplar o caso da construção da Siderúrgica de Volta Redonda).⁶

Na região platina, destaca-se que a diplomacia varguista mesmo no período da guerra seguiu as diretrizes tradicionais da política externa brasileira (estipuladas pelo Barão do Rio Branco), a saber: defesa da estabilidade política regional; não intervenção em assuntos internos dos países vizinhos; esforço para manter o diálogo constante com Buenos Aires e adesão à solução pacífica das controvérsias (DORATIOTO, 2014, p. 114-115). Sob uma ótica comum na região:

O início da guerra provocou dois efeitos sobre as relações interamericanas: o primeiro, na esfera política, correspondeu ao **revigoramento das relações**

⁶ Convém ressaltar que esta orientação de aporte nacional também se fez presente localmente na cidade por meio de investimentos na infraestrutura modal e na criação de um serviço telefônico em abril de 1939 (Companhia Telefônica Rio-Grandense) (AGOSTINI; RUSSINI, p. 37).

diplomáticas regionais e do pan-americanismo; o segundo, na esfera do comércio regional, **acentuou o interesse da América Latina pelo comércio com os Estados Unidos e entre os próprios países latinos** (CERVO, 2001, p. 75, grifo meu).

Neste ínterim, após o ataque japonês à Pearl Harbor em 1941, a maioria dos países abriu mão da neutralidade e se alinhou ao posicionamento norte-americano sob a égide da solidariedade continental. A intenção norte-americana de se aproximar da América Latina partiu da iniciativa do então presidente dos Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt pela “política da boa-vizinhança” (DORATIOTO, 2014).

No Cone Sul, assim como o Brasil, o Uruguai foi favorecido pelos esforços dos Estados Unidos no que diz respeito à construção de bases aéreas (CYJON, 2024). Por outro lado, a Argentina foi o país da América do Sul que se chocou diretamente contra os norte-americanos. No período, a oposição aos EUA funcionava como contra imagem ao apoio à Alemanha nazista e obedecia a uma enraizada resistência à liderança norte-americana (ADAMOVSKY, 2020). Além da simpatia ideológica, os setores nacionalistas do Exército argentino percebiam a capacidade de modernizar o país através do apoio alemão (BEIRED, 2001, p. 313).⁷

Da mesma forma, a Segunda Guerra Mundial era vista por intelectuais ligados ao fascismo – que por sua vez alimentavam uma parcela dos nacionalistas – como uma oportunidade de libertar a Argentina das amarras neocoloniais – a saber, relação de dependência com os britânicos e situação de inferioridade em relação ao Brasil (*Idem*). Dessa forma, um conjunto de militares associados pelo Grupo de Oficiais Unidos (GOU, criado em 1942) que se caracterizavam pelo nacionalismo e pela simpatia pelo nazifascismo começou a ganhar cada vez mais espaço na política argentina (PELLEGRINO; PRADO, 2019, p. 143). A principal pauta deste grupo era a manutenção da neutralidade frente ao conflito mundial.

Atrelado a isto, em um momento que evidencia conexão entre o local, regional e internacional: o auxílio norte-americano para a construção de uma pista de pouso em Santa Maria. A trama se inicia em 1943, após o golpe de Estado na Bolívia que substituiu um governo favorável aos aliados por um inclinado ao Eixo. Por meio de investigações, os norte-americanos logo descobriram que agentes nazistas e argentinos estavam envolvidos no *coup d'etat* boliviano (WELLES, 1945).

Em resposta, a diplomacia norte-americana se mobilizou em torno do receio de que o ocorrido se repetisse nos demais países da América Latina, em um efeito dominó que mudaria a

⁷ Todavia, em nenhum momento a guerra entre os dois países foi descartada tanto por estrategistas brasileiros quanto argentinos. Essa hipótese foi amplificada no contexto da Segunda Guerra Mundial (DORATIOTO, 2014) que será exposto na sequência.

disputa de forças na região em favor do Eixo. Logo, os EUA buscaram dissuadir os argentinos de uma eventual expansão de influências por meio do envio de armas ao Brasil, através do *Leand-Lease* (OLIVEIRA, 2019).

Dentro desse contexto de incertezas, setores do Exército brasileiro – nominalmente os generais Góes Monteiro⁸, Dutra, Mascarenhas de Moraes e Leitão de Carvalho – argumentaram a favor do reforço das defesas na fronteira sul em detrimento da dúbia posição argentina em relação ao Eixo (HENRIQUE, 2022). As preocupações foram compartilhadas então por Roosevelt. Os armamentos começaram a chegar a partir de janeiro de 1944, sendo acelerada com a queda do então presidente argentino Ramírez e pela sucessão de Edelmiro Julián Farrell, militar ainda mais próximo do nazismo na visão estadunidense (DORATIOTO, 2014, p. 117-118).

Além do envio de armamentos, as lideranças de Brasil e Estados Unidos decidiram também pela construção de bases aéreas no sul do território brasileiro – motivados pela argumentação dos oficiais brasileiros mencionados anteriormente –, deslocando a mão-de-obra e capitais que até então se concentravam na edificação das bases no nordeste do país (OLIVEIRA, 2019) para a região sul. As tratativas entre brasileiros e norte-americanos resultaram na definição de dois lugares para a construção de bases aéreas: Curitiba e Santa Maria.⁹ Em relação à última, Henrique (2022, p. 105) descreve com base nos relatórios das comissões mistas – meio institucional onde se realizaram as conversações – os motivos que fizeram Santa Maria ser escolhida:

Após análise, conclui-se que **Santa Maria seria o local ideal do ponto de vista estratégico e tático, ficava a cerca de 193 quilômetros da fronteira com a Argentina e a mesma distância do Uruguai, além de ser o centro do principal e melhor sistema ferroviário do estado do Rio Grande do Sul, estando ligada ao norte do estado e a capital Porto Alegre.** O ponto negativo para a região de Santa Maria eram as colinas relativamente altas nas suas proximidades, que poderiam criar condições de perigo (HENRIQUE, 2022, p. 107, grifo meu).

É interessante notar que além de destacar a presença do “principal e melhor sistema ferroviário do estado”, a argumentação favorável se dá pela proximidade com a fronteira do Uruguai e da Argentina, países que no contexto analisado eram o foco do esforço empreendido.

Nesta época, em Santa Maria vivia-se uma realidade profundamente interpelada pelos

⁸ Góes Monteiro foi responsável por alterar um plano de defesa elaborado pelos militares da Argentina frente a um possível ataque do Brasil (Plano Máximo), afirmando que na verdade se tratava de um plano de guerra contra o Brasil em 1944. Esse documento foi aceito como prova pelos norte-americanos (LATFALLA, 2020, p. 10).

eventos internacionais da Segunda Guerra Mundial, marcada principalmente pela revolta popular pelo afundamento dos navios brasileiros.⁹ No dia 18 de agosto de 1942, cerca de mais de três mil funcionários da Viação Férrea abandonaram o trabalho e foram para a praça pública protestar (KONRAD, 2022, p. 230). Também, é digno de nota a ocorrência de quebra-quebras na cidade em agosto de 1942, quando diversos bens privados de descendentes de italianos, alemães e japoneses foram atacados com anuência do poder público (LIMA, 2019, p. 61). Ainda, outra forma de conexão com o internacional se deu pelos soldados treinados em Santa Maria que integraram o Segundo Contingente Expedicionário, enviados para lutar na II Guerra Mundial, comandados pelo 5º Exército norte-americano (AGOSTINI; RUSSINI, 2004, p. 40).

No fim não houve atrito entre Argentina e Brasil, pois a mesma rompeu com o eixo em 26 de janeiro de 1944. O fato ocorreu devido ao Caso Hellmuth de 22 de janeiro de 1944. Repercutido internacionalmente, o caso consistiu em um agente nazista da marinha argentina, preso em 30 de novembro de 1943 em Trinidad por ingleses que o detiveram em um barco espanhol, que o alevava estar indo para a Europa. Sua missão era negociar armas junto aos nazistas em Berlim e enviá-las para a Argentina. Como foi documentado, sua ida tinha o consentimento do alto escalão do governo, gerando um constrangimento que obrigou a Argentina romper com o eixo em 26 de janeiro de 1944 (MUÑOZ, 2010, p. 306), encerrando momentaneamente o receio de guerra com o Brasil.

2.2. INAUGURAÇÃO DA BASE AÉREA NO GOVERNO MÉDICI (1969-1974)

Já em 1971, o governo Médici deu continuidade a duas pautas herdadas da política estado-novista e que se firmaram com o golpe de Estado de 1964: desenvolvimentismo (manutenção do desenvolvimento econômico nacional) e segurança nacional (repressão aos dissidentes da ditadura, de modo que este governo é corriqueiramente referido como um dos mais violentos). Resumidamente, o governo buscava alcançar sua agenda por meio do intervencionismo, seja na desigual aplicação de recursos econômicos e na crueldade do Estado para desarticular a resistência armada (que nessa época se intensificaram). Nas palavras de Schawrcz e Starling (2018, p. 460):

“A partir de 1969, a máquina de reprimir tocada pelos militares tornou-se maior e mais sofisticada com a criação, em São Paulo, da Operação Bandeirante (Oban), um organismo misto formado por oficiais das três Forças e por policiais civis e militares, programado para combinar coleta de informações, interrogatório e operações de

⁹ Convém destacar que além da construção das bases, Santa Maria também se envolveu no contexto da Segunda Guerra Mundial com o envio de soldados para o front europeu: o Segundo Contingente Expedicionário de Santa Maria, que seria comandado pelo 5º Exército norte-americano (AGOSTINI; RUSSINI, 2004).

combate. A Oban foi financiada por empresários paulistas e executivos de empresas multinacionais – Ultragas, Ford, Volkswagen, Supergel, Copersucar – [...]”.

Apesar da tendência de aproximação entre Brasil e Argentina em decorrência dos regimes estabelecidos por via de golpes (fronteiras ideológicas), houveram desencontros principalmente em relação ao aproveitamento hidrelétrico dos rios da Bacia do Prata a partir de 1968. Do lado argentino, a preocupação era de que a construção de Itaipu significava a enfim vitória da influência brasileira sob a Argentina em relação ao Paraguai, fazendo pender para o Brasil a liderança sub-regional de uma perspectiva geopolítica (VIDIGAL, 2009, p. 115).

Economicamente, o governo aproveitava do "milagre econômico" promovido por um cenário internacional favorável à demanda pelos produtos brasileiros. Este contexto, permitiu ao governo destinar recursos para a construção de grandes obras – como a estrada de ferro Madeira Mamoré, a usina de Itaipu e a Estrada Transamazônica. Neste período de crescimento econômico, o governo mobilizou jornais e outros meios de comunicação para promover e legitimar suas ações através de propagandas, ao mesmo tempo em que silenciava críticas e problemas políticos-sociais gritantes por meio da censura.¹¹

Então, imerso no contexto das grandes obras para o desenvolvimento em segurança nacional, em 15 de outubro de 1971, o Ministro de Estado da Aeronáutica, Márcio de Souza Mello, ativa e inaugura a Base Aérea de Santa Maria em sua configuração atual. No periódico *A Razão*¹⁰ – um dos jornais de maior circulação de Santa Maria – a notícia da construção da base foi bem recebida pela comunidade local, que frequentemente era associada pelas páginas do periódico ao desenvolvimento econômico do município. Se afirma que:

Com a instalação da nova unidade militar, Santa Maria, **reforça ainda mais a sua situação como ponto estratégico na defesa e no desenvolvimento do Rio Grande do Sul, como sentiram os pioneiros que se estabeleceram na primitiva povoação**, gerando o pitoresco nome de uma de nossas principais ruas: a rua do Acampamento (A RAZÃO, 1971, p. 14, grifo meu).

A citação supracitada é importante, pois ilustra a perspectiva que tem sido apresentada: a construção da base reitera a ideia presente na gênese da cidade: um posto militar de defesa contra um elemento não-nacional. Bandeira (2010, p. 414-425) salienta que as relações nessa época, tanto entre o Uruguai quanto com a Argentina, eram incertas a ponto de serem consideradas intervenções militares por conta de questões ideológicas e estratégicas.¹³ Fato significativo dessa

¹⁰ De acordo com Ricupero (2021), esse tipo de sistema de autopropaganda de tamanha abrangência só foi comparável com o empregado no Estado Novo (p. 461). Nas páginas do *A Razão* fica evidente a constante devoção ao governo federal, enquanto que a denúncia aos problemas sociais é inferiorizada.

constatação é notícia da presença do Chefe de Estado Maior da Força Aérea Uruguaia, o brigadeiro Dante Paladini, que entregou ao primeiro comandante da base, o tenente-coronel-aviador Cherubim Rosa Filho, uma placa de ouro e prata que congratulava a construção da Base Aérea de Santa Maria (A RAZÃO, 1971, p. 7) – ao passo que não se faz referência a presença de alguma autoridade argentina.

Possivelmente, a presença de Paladini reflete-se no contexto regional da época. No Uruguai, o receio de que camadas da esquerda chegassem ao poder levou setores conservadores da política uruguaia a arquitetar, junto a militares brasileiros, considerar a intervenção armada brasileira para assegurar que os rivais políticos não chegassem ao poder.¹¹ Em dezembro de 1971 o plano quase foi colocado em prática, quando tropas do III Exército, localizadas no Rio Grande do Sul, ficaram de prontidão para executar a chamada Operação Trinta Horas (tempo que se estimava para dominar o país). O plano apenas não entrou em prática porque o candidato dos partidos de esquerda e centro-esquerda, o general Liber Seregni, perdeu a eleição para os conservadores, liderados por Juan Bordaberry. Todavia, mesmo com a vitória a inteligência brasileira se fez presente para combater organizações da esquerda (BANDEIRA, 2010, p. 422).

Em pouco tempo, a divulgação desses planos gerou grande insatisfação entre os uruguaios que rejeitaram a posição de tutela brasileira em assuntos de política interna uruguaia (DORATIOTO, 2014, p. 147). Então, em 1973 eclodiu um golpe de Estado no Uruguai, onde o Brasil apoiou a implantação do regime por meio do envio de caminhões e carros Volkswagen; em uma operação que custou cerca de US\$815.000 (BANDEIRA, 2010, p. 423).¹²

Já em relação à Argentina, a contenda se mobilizou em torno da desigualdade no crescimento econômico entre os dois países, o que fazia pender a balança de poder para o Brasil na região – ao contrário do que aconteceu na ditadura brasileira, os governos da ditadura argentina deram início a um processo de desindustrialização nacional (DORATIOTO, 2014). Apesar da tendência de aproximação entre Brasil e Argentina em decorrência do alinhamento de ideologias, houveram desencontros principalmente em relação ao aproveitamento hidrelétrico dos rios da Bacia do Prata, a partir de 1968 (VIDIGAL, 2009, p. 115).

Além de atrair o Paraguai, a Usina poderia, na visão portenha, catalisar o processo de industrialização brasileira, irrigando energia para o Centro-Sul do país. Conseqüentemente, a

¹¹ Em síntese, os atritos com o Uruguai se davam em decorrência de setores políticos da sociedade uruguaia arquitetaram junto a militares brasileiros considerar a intervenção armada brasileira para assegurar que setores da sociedade ligados à esquerda não chegassem ao poder. Já com a Argentina a contenda se mobilizou em torno de Itaipu e do aproveitamento das águas dos rios próximos (BANDEIRA, 2010, p. 414-440).

¹² Outra atuação brasileira a favor das ditaduras foi no golpe contra Salvador Allende, onde agentes brasileiros participaram em colaboração com a CIA. Além de fornecer apoio técnico e psicológico, o governo militar utilizou aviões da FAB para transportar mantimentos, remédios, policiais e militares para treinar os chilenos a torturar (BANDEIRA, 2010, p. 423).

economia do Brasil ultrapassou a da Argentina – que na época encontrava dificuldades diante das medidas econômicas do Ministro da Economia, Adalberto Krieger Vasena, balizado por ideais como nacionalismo católico, militarismo e liberalismo econômico (BANDEIRA, 2010, p. 419-420).

Em um balanço geral das relações na geopolítica do Prata na década de 70, percebe-se que a interferência nos países advinha de um regime autoritário interessado na hegemonia que surfava em uma crescente econômica. O objetivo brasileiro era se estabelecer como grande potência, exercendo a hegemonia sobre a América do Sul (BANDEIRA, 2010, p. 420). Neste ambiente de incertezas, a Base Aérea de Santa Maria cumpria o papel de reforçar a presença militar brasileira, que tanto poderia ser mobilizada para exercer uma possível função de tutela sobre a política do Uruguai (como foi), quanto possibilitar o início de uma guerra total contra o seu rival histórico, a Argentina.

No mapa abaixo (mapa 1), é possível visualizar a localização da Base em relação às capitais de Montevideu e Buenos Aires. O mapa foi feito com o objetivo de situar a BASM e a distância em relação à fronteira sul no contexto regional de 1971 e em diante. É interessante notar que os periódicos da época descrevem que um dos jatos para combate estacionados na base são os “Xavantes”, de fabricação brasileira feito a partir do modelo italiano “Macchi” (A RAZÃO, 1971, p. 8-9). Segundo dados da Aeronáutica¹³, esses aviões têm um alcance máximo de 1.850 quilômetros. Logo, a projeção em raio destes aviões seria de 925 quilômetros, o suficiente para alcançar as capitais vizinhas de Montevideu¹⁴ e Buenos Aires (inclusive a capital paraguaia, Assunção, localizada cerca de 617,87 quilômetros da base aérea).

2.3. A BASM e a sua atuação frente a guerra das Malvinas: da desconfiança à integração (1982)

Diferentemente de Médici, Figueiredo durante o seu governo (1979-1985) desenvolveu uma política de aproximação com a Argentina. O então chefe de governo brasileiro visitou Buenos Aires, sendo a primeira visita oficial de um presidente brasileiro desde 1935. Essa aproximação motivou a adesão, juntamente com o Peru e a Venezuela, ao apoio efetivo durante a Guerra das Malvinas (1982) (BANDEIRA, 2010, p. 453).

O arquipélago das Ilhas Malvinas se localiza ao sul do Oceano Atlântico, a 400 quilômetros do território continental argentino (MUÑOZ, 2010, p. 458). A guerra se iniciou em

¹³ Disponível em: <https://www2.fab.mil.br/musal/index.php/aeronaves-em-exposicao/55-avioes/306-xavante>. Acesso em 21 jun. 2024.

¹⁴ Portanto, uma explicação para a presença do representante da Aeronáutica do governo uruguaio seja reforçar os laços amistosos entre os dois países, além de deixar evidenciar que a construção da base não é direcionada ao seu país.

1 de abril de 1982, quando o presidente argentino Leopoldo Galtieri tomou a decisão de invadir a Ilha pela convicção de que o Reino Unido não iria despender esforços militares para recuperar um território ultramarino periférico; e de que os EUA responderiam a aplicação do preceito de defesa mútua do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) sobre a Organização do Atlântico Norte (OTAN). Todavia, justamente o contrário ocorreu (*Ibidem*, p. 464), tendo em vista que o TIAR só poderia ser ativado em caso de ser vítima do ataque. (VIDIGAL, 2009, p. 253).

MAPA 1 - Disposição da BASM geopolítica da Bacia do Prata



Com a eclosão do conflito, a posição brasileira se pautou por uma neutralidade imperfeita, favorável à Argentina. Segundo o então chanceler brasileiro, Saraiva Guerreiro, o posicionamento do Brasil obedeceu a três critérios: densidade na relação com a Argentina; manter o bom diálogo com a Grã-Bretanha e indicar um possível caminho para a resolução do conflito (VIDIGAL, 2009, p. 252; RICUPERO, 2021, p. 506-507). Além de enviar para Buenos Aires o chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), o general Octávio Aguiar de Medeiros, o Brasil forneceu à Argentina: cerca de quatorze Xavantes e o serviço de patrulha do litoral, executado por pilotos brasileiros de EMB 111 (BANDEIRA, 2010, p. 453). Também, o Brasil permitiu que a Argentina utilizasse dos seus portos no sul para escoar a exportação de mercadorias (DORATIOTO, 2014, p. 159). Outro auxílio importante concedido pelo Brasil foi a assumir a representação dos

interesses argentinos em Londres¹⁵, tarefa bem executada pela embaixada segundo Ricupero (2021, p. 507), que na época era chefiada pelo diplomata Roberto Campos.

O posicionamento brasileiro obedeceu a lógica do Itamaraty de evitar um profundo ressentimento futuro da opinião argentina sobre o Brasil, que poderia reviver a relação de incertezas entre os dois países (DORATIOTO, 2014, p. 159). Portanto, mesmo com a derrota argentina no conflito, em 14 de junho de 1982, o conflito serviu principalmente para criar confiança entre os militares argentinos e brasileiros, salientando a importância da integração regional (VIDIGAL, 2009, p. 253-254). Com a redemocratização nos dois países, se deu origem então um nível altíssimo de excelência na relação entre os dois países que nunca houvera antes (Doratioto, 2014, p. 160), que levaria a formulação do Mercosul.

Na cidade de Santa Maria, a Guerra das Malvinas foi acolhida a favor da Argentina nas páginas do *A Razão*. Em suma, as notícias destacam os impactos do conflito para o Atlântico sul, contextualizando no período de distensão da Guerra Fria.

Em relação ao posicionamento brasileiro, em inúmeros momentos busca-se evitar que movimentos de oficiais do Exército pelo país sejam confundidos com uma possível prontidão do mesmo em relação ao conflito. Em 13 de abril de 1982, o Coronel Martini do setor de Relações Públicas da 3ª Divisão do Exército desmente boatos de que haveria uma prontidão do III Exército diante da guerra entre Argentina e Inglaterra. Entretanto, destaca-se a movimentação da Marinha no Rio Grande, sob justificativa de instrução.¹⁶

Em 28 de abril de 1982 duas personalidades santa-marienses (o advogado Jones Santellano e o vereador Rubens Pedrazzi) se posicionaram ao lado dos argentinos, afirmando também que o posicionamento oficial do governo – de “perfeita neutralidade” segundo o periódico – é acertada. Ambos reconhecem que apesar do argumento argentino de legítima defesa não ser lógica, o uso da força por parte dos argentinos é justa por se tratar de um “país irmão”.¹⁷

A primeira grande descrição do evento – tomando cerca de meia página – foi publicada na edição de 04 de maio de 1982 (abordando questões como: geografia, economia, política-econômica, estratégia, história e o conflito em si). Argumenta-se – por uma perspectiva terceiro-mundista – que de acordo com o direito internacional, as Malvinas pertencem aos argentinos.¹⁸

¹⁵ Além disso, a partir de 1979 as gestões diplomáticas brasileiras apoiaram os direitos argentinos sobre as Malvinas na Assembleia da ONU, na UNCTAD, e no GATT (Barbosa; Portilho, 2016, p. 118).

¹⁶ Guerra das Malvinas não coloca Exército Brasileiro em prontidão. *A Razão*, Santa Maria, ano 48, n. 120, 13 abr. 1982, p. 12, AHMSM.

¹⁷ Malvinas: Santa-marienses apoiam Argentina. *A Razão*, Santa Maria, ano 48, n. 130, 28 abr. 1982, p. 2, AHMSM.

¹⁸ PELO DIREITO INTERNACIONAL AS MALVINAS SÃO ARGENTINAS. *A Razão*, Santa Maria, ano 48, n. 134, 4 mai. 1982, p. 7, AHMSM.

No dia 20 de maio, o então chefe do Estado Maior do Exército e ministro interno do Exército, o general Antônio Ferreira Marques, é recebido em Santa Maria. Segundo o periódico, o objetivo da visita consistiu em levantar as necessidades de equipamentos das unidades militares. Mais uma vez, é mencionado que a passagem do general não possui relação com as Malvinas. Em entrevista, o militar reafirma a orientação da política externa oficial brasileira.¹⁹

Duas colunas publicadas em 25 de maio de 1982 chamam a atenção. A primeira, de Celina F. Mayer diz respeito à falta de raciocínio por parte dos britânicos, que não reconhecem a falta de necessidade de investir tamanho esforço em um território de pouca valia. A autora afirma que a Inglaterra perde a chance de firmar como uma nação superiora ao optar pela guerra.²⁰ Na coluna abaixo, Humberto Gabbi Zanatta utiliza da situação para criticar a forma como as nações historicamente justificam a ação armada como justificativa para alcançar a paz.²¹ Por fim, no dia 9 de junho de 1982 afirma-se que a lição das Malvinas é um exemplo de como os líderes caudilhos da América Latina são responsáveis por conduzir mal as nações. Todavia, afirma-se que Vargas foi um exemplo positivo por ter como objetivo o desenvolvimento nacional.²²

Apesar de não ser feita referência à BASM, as notícias demonstram a unanimidade de de alegação de solidariedade com os argentinos, o que alude à proximidade que na época se desfrutava em decorrência da aproximação oficial de governo – muito diferente da exercida no governo Médici. Por sua vez, tanto a posição brasileira, quanto a opinião pública se mostram afetadas pela posição como ponto estratégico de atuação na Bacia do Prata. Tanto a função geopolítica de Santa Maria, quanto o impacto dessa realidade na identidade local serão destacados com maior aprofundamento no próximo subtópico.

3. O IMPACTO DA BASE AÉREA DE SANTA MARIA NO LOCAL E REGIONAL: RELAÇÃO COM A FRONTEIRA E IDENTIDADE

Em sua gênese, Santa Maria desfrutava de uma relação mais próxima com a fronteira devido aos processos de definição e redefinição dos limites nacionais da era colonial (Tratado de Santo Idelfonso, 1777). Com a definição após o Tratado de Badajós (1801), Santa Maria distancia-se do limite, contudo, devido ao seu posicionamento estratégico continua desempenhando papel de defensor da fronteira sul (ver figura 2). Nesse contexto, a construção de

¹⁹ “EXÉRCITO DEVE SER REEQUIPADO, MAS COM ARMAMENTO NACIONAL”. *A Razão*, Santa Maria, ano 48, n. 145, 20 mai. 1982, p. 1, AHMSM.

²⁰ MALVINAS. *A Razão*, Santa Maria, ano 48, n. 148, 25 maio, 1982, p. 2, AHMSM.

²¹ PAZ!. AONDE? *Razão*, Santa Maria, ano 48, n. 148, 25 maio, 1982, p. 2, AHMSM.

²² LIÇÃO DAS MALVINAS. *A Razão*, Santa Maria, ano 48, n. 159, 09 jun. 1982, p. 8-9, AHMSM.

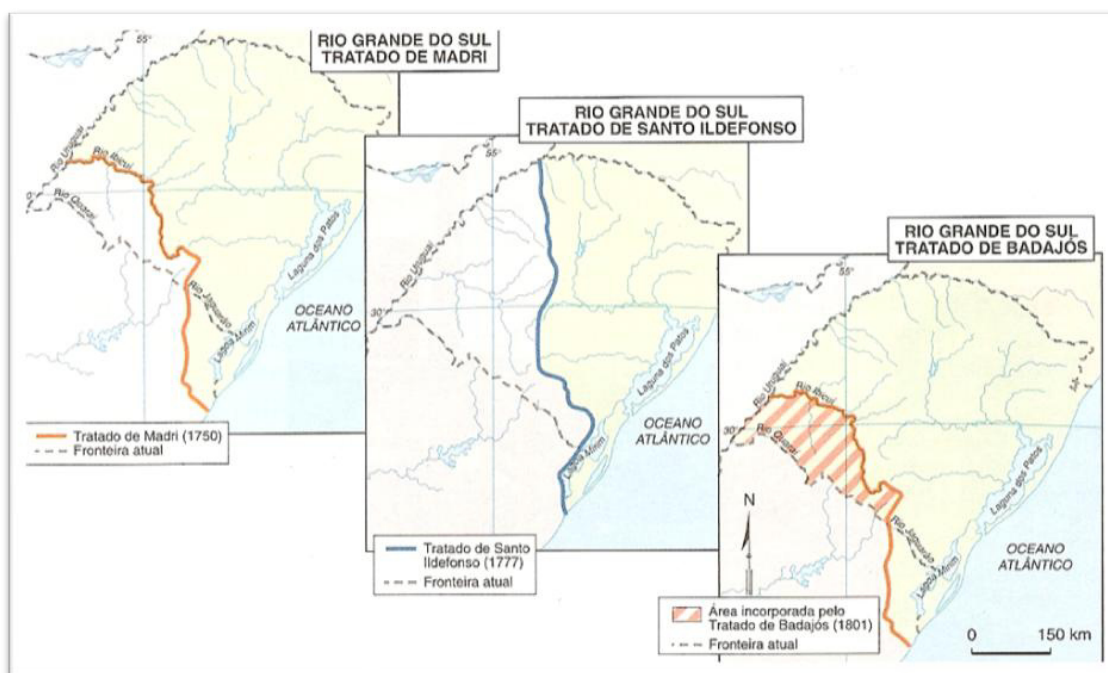
uma base aérea reaviva a relação de Santa Maria enquanto um *locus* de vigilância. A razão para tanto, é que devido seu posicionamento na geopolítica do Prata, Santa Maria insere-se como ponto essencial em uma estratégia de defesa nacional da fronteira sul.

Além de construir estruturas de defesa, a nação também é responsável pela produção de sentidos, em um espaço histórico a partir dos diálogos entre identidades e práticas que se estruturaram desde o final do século XIX (Grimson, 2003, p. 9). Até este período, no caso de Santa Maria, é possível argumentar que tal fronteira simbólica já se encontrava em início desde os primeiros anos de Brasil independente. Isto, dado que a cidade se trata de uma cidade fronteiriça, e não de uma cidade localizada na fronteira (PADOIN, 2022) e que pela alteridade, reforça a identidade nacional brasileira. Assim, a função de Santa Maria em sua gênese (e desenvolvimento com a BASM) se insere dentro de um período de fronteiras mais indefinidas, de onde se consolida o Brasil enquanto nação.

A presença de sobreposições identitárias (santa-mariense, gaúcho e brasileiro) vai ao encontro da definição de fronteira salientada por Grimson (2003, p. 15), uma vez que a fronteira se trata de algo instável e inconcluso. Para compreendê-la, é necessário reconstruí-la a partir de processos por meio de seus rastros. Na figura abaixo (figura 2) é possível visualizar os avanços e retrocessos da fronteira sul em relação à cidade de Santa Maria. Apesar de ambas localidades se distanciarem a partir do Tratado de Badajós (1801), preserva-se na cidade a função de entreposto militar, amplificada pela presença da Base Aérea de Santa Maria.

Ainda, é perceptível que a relação de Santa Maria com a fronteira – e conseqüente atuação no Prata – foi uma das grandes responsáveis pela identidade da cidade em suas mais diversas acepções (principal entroncamento ferroviário, metrópole do ensino no sul do país, posto defensivo, etc).

MAPA 2 – Relação entre Santa Maria e a Fronteira (1750, 1777 e 1801)



Disponível em: <https://professor.ufrgs.br/dagnino/book/fronteiras-formacao-sul-brasil>. Acesso 02 ago. 2024.

Em uma perspectiva identitária – tendo em vista que falar de fronteira também é falar de identidades²³ –, é digno de nota que a identidade local santa-mariense está imersa dentro do contexto regional platino, diretamente ligado à formação da sociedade gaúcha (PADOIN, 2022). Ou seja, as particularidades que formaram o Rio Grande do Sul também são reproduzidas localmente – sendo catalisadas pela Base. Entre elas, destaca-se a perspectiva político-militar de formação e defesa da fronteira sul, diante de um elemento estrangeiro.

Nesse sentido, a posição geográfica além de gerar uma contínua tarefa defesa para o Rio Grande do Sul (e Santa Maria enquanto objeto-território, como será aprofundado mais para frente), no imaginário cria a ideia de “um eterno vanguardeiro da dignidade cívica brasileira” (GOULART, 1978, p. 54-55 apud PESAVENTO, 1993, p. 389). Na mesma direção caminha Santa Maria, que tanto em sua origem – quanto na época da construção da Base Aérea – é possível rememorar as disputas de demarcação de fronteira reverberadas em sua formação.

Alguns exemplos podem ser mencionados para relembrar a atuação militar da cidade na fronteira sul. Entre eles, salienta Machado (2008, p. 16-17) que a cidade atuou ativamente na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852), assim como na Guerra do Paraguai (1864-1870). Nesta última, santa-marienses do 7º Corpo Provisório de Cavalaria da Guarda Nacional foram

²³ A fronteira não é material, mas sim simbólica, tendo em vista que não é só linha das aduanas, mas também das identidades (Grimson, 2004).

recrutados.²⁴

Em diálogo com o século anterior, no século XX torna-se evidente os motivos que levaram a escolha da cidade para abrigar um meio de projeção militar aéreo desde o contexto da Segunda Guerra Mundial, em 1944. Esse projeto, por sua vez, foi retomado (e ampliado) em 1971, com a construção da Base Aérea de Santa Maria.

A materialidade dos fatos se reproduz também no imaterial, por meio de símbolos, como o apelido atribuído nos últimos anos à Base Aérea Militar de “Sentinela dos Pampas”. O apelido, está relacionado a frequente mescla rio-grandense da dimensão rural – natureza, dada pela figura do quero-quero que pode ser visto no brasão²⁵ – com o personagem-símbolo da região, o gaúcho (guerreiro, sentinela); semelhante à figura do centauro dos pampas (Pesavento, 1993, p. 338). Ainda em relação ao imaterial, é possível argumentar que a construção da Base ajuda a reforçar o princípio de brasilidade do espírito gaúcho, tendo em vista que:

Foi antes como súditos de Portugal – brasileiros in fieri – e após a independência como brasileiros mesmo, que arrastamos com as vicissitudes de um prolongado cruento drama de fronteira. **A necessidade de defesa da comunidade nacional, ameaçada em suas divisas com as comarcas platinas** mais que em qualquer outro ponto do nosso território, o que fez foi aguçar, dar um sentido urgente e militante à nossa consciência de brasileiros (VELLINHO, 1964, p. 8-9 apud PESAVENTO, 1993, p. 387, grifo meu).

A citação acima coaduna o legado cultural do Rio Grande do Sul com o patriotismo em nível nacional, que frequentemente se faz presente nos jornais de 1971: pela presença dos militares, uma parcela da identidade local santa-mariense faz jus à uma missão de dever cívico de proteção das fronteiras.²⁶ Entretanto, é necessário salientar que as fronteiras provinciais do século XIX são diferentes das fronteiras nacionais do século XX: segundo Grimson (2003, p. 84), a primeira funcionou enquanto um substrato para a construção da segunda.

Portanto, o resgate de tais rastros identificam-se na própria relação entre Santa Maria e a fronteira sul. Percebe-se que apesar da cidade não se localizar na fronteira, a força militar aeronáutica contida em sua municipalidade projeta o poder em direção da primeira, em um

²⁴ Este conflito é entendido na visão de Grimson (2003, p. 85) um marco nacionalizador, pois marca a transição para a consolidação dos Estados nacionais na região – evolui de um conflito interno para um internacional.

²⁵ Como consta no site oficial, o brasão é composto por: “Escudo Português, com o Chefe em campo. Campo em blau (azul-cerúleo) carregado da figura estilizada de um Quero-Quero, bicada em sable (preto) com asas, cauda e ornato da cabeça também em sable (preto), pescoço e abdome em prata (branco), estendido de asas abertas e o perfil à destra tendo dois esporões em goles (vermelho), localizados no encontro das asas. A ave sustenta em seu peito um escudete terçado em pala, em sinopla (verde-escuro), goles (vermelho) e jalne (amarelo), esmaltes que lembram os constantes na bandeira do Rio Grande do Sul – Estado no qual se situa a Organização”. Disponível em: <https://www2.fab.mil.br/incaer/index.php/heraldica-siscult/emblemas2/186-basm>. Acesso em 30 jul. 2024.

²⁶ Cidade em festa ganha a sua Base Aérea. **A Razão**, Santa Maria, ano 37, n.7, 16 out. 1971, p. 8-9, AHMSM.

processo semelhante ao deslocamento de fronteira promovido por aeroportos observado por Machado (2000). A autora defende que as instituições, tecnologias e processos sociais interferem diretamente na formação e funcionalidade da fronteira, portanto, o aeroporto – assim como uma base aérea militar – detém capacidade de redimensionar as fronteiras por meio da projeção de poder de um Estado soberano.

Ainda, é necessário destacar que: “Na geografia do sistema mundial de Estados nacionais se observa algo similar à formação de território-objetos, isto é, territórios desenhados para atingir objetivos específicos” (MACHADO, 2003, p. 3). Na mesma direção, caminha a Base Aérea de Santa Maria que não apenas reforça a cidade como território-objeto de centro militar da fronteira sul, mas como também reaproxima cidade da mesma.

3 CONCLUSÃO

Entre as diversas atribuições possíveis, identifica-se aqui que a história de formação da Base Aérea se alinha à própria gênese da cidade, reforçando a identidade local (entreposto militar); ao passo que também reforça a identidade brasileira, tendo em vista que essa se pauta por um princípio de alteridade presente na defesa da fronteira sul (PESAVENTO, 1993).

Por fim, realizando um diálogo entre os dois períodos estudados é perceptível que assim como Corrientes, Uruguai e Paraguai o estado gaúcho é um *locus* de poder fronteiro não isolado da realidade regional, mas sim permeado por espaços de contato entre comerciantes, contrabandistas e poderes locais que incidiram na sua formação (GRIMSON, 2003, p. 84). Nesse sentido, é interessante notar que a função política desempenhada por Santa Maria se insere em um contexto histórico de diferença nas relações entre Brasil, Argentina e Uruguai que remonta o período colonial.

No século XX, entre Brasil e Uruguai percebe-se um contexto amistoso devido ao passado histórico, ao passo que em relação à Argentina tal realidade é marcada pela disputa de hegemonia sul-americana. No período estudado, essas relações são pautadas pela presença nas agendas políticas de ideais como a defesa do desenvolvimentismo, do progresso e do nacionalismo como baluartes estendidos sob o mastro autoritário (LIMA, 2019, p. 12).

Diante da Guerra das Malvinas, o jornal local não apenas deu devida atenção ao conflito, como também se posicionou a favor dos argentinos, ofuscando os temores de conflitos regionais. Da mesma maneira, o posicionamento oficial do governo foi norteado pela solidariedade, com os fins de evitar que uma inércia brasileira resgatasse os temores do século vinte, tendo em vista que na época das ditaduras, “o confronto dos nacionalismos reviverá sob roupagem atualizada a velha e estéril rivalidade do século XIX” (RICUPERO, 2021, p. 457).

Dessarte, a participação brasileira na Guerra das Malvinas – assim como a da BASM –

demonstram que merecem maiores investigações. Além de haver pouca informação na literatura, as fontes oficiais do período da ditadura mostram-se de difícil acesso. Todavia, é evidente como a forma de um importante peça do quebra-cabeça documental é delineada pelas próximas que se tem acesso.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

BRIGADEIRO URUGUAIO., Santa Maria, ano 37, n. 9, 19 out. 1971, p. 7, AHMSM.

Cidade em festa ganha a sua Base Aérea. *A Razão*, Santa Maria, ano 37, n.7, 16 out. 1971, p. 8-9, AHMSM.

“EXÉRCITO DEVE SER REEQUIPADO, MAS COM ARMAMENTO NACIONAL”. *A Razão*, Santa Maria, ano 48, n. 145, 20 mai. 1982, p. 1, AHMSM

Guerra das Malvinas não coloca Exército Brasileiro em prontidão. *A Razão*, Santa Maria, ano 48, n. 120, 13 abr. 1982, p. 12, AHMSM.

LIÇÃO DAS MALVINAS. *A Razão*, Santa Maria, ano 48, n. 159, 09 jun. 1982, p. 8-9, AHMSM.

MALVINAS. *A Razão*, Santa Maria, ano 48, n. 148, 25 maio, 1982, p. 2, AHMSM.

Malvinas: Santa-marienses apoiam Argentina. *A Razão*, Santa Maria, ano 48, n. 130, 28 abr. 1982, p. 2, AHMSM.

PAZ!. AONDE? *Razão*, Santa Maria, ano 48, n. 148, 25 maio, 1982, p. 2, AHMSM.

PELO DIREITO INTERNACIONAL AS MALVINAS SÃO ARGENTINAS. *A Razão*, Santa Maria, ano 48, n. 134, 4 mai. 1982, p. 7, AHMSM.

UFMS: Um valor já provado. *A Razão*, Santa Maria, ano 37, n. 6, 15 out. 1971, p. 14, AHMSM.

Fontes secundárias

ADAMOVSKY, Ezequiel. 2020. *Historia de la Argentina*. Buenos Aires: Crítica. 366p. ISBN 978-987-4479-38-9.

AGOSTINI, Lenir Cassel; RUSSINI, Augusto. 2004. “Santa Maria e a política estadonovista (1937-1945)”. *Disciplinarum Scientia. Série Ciências Humanas (RDS)*. n. 1. p. 27-44. ISSN 1676-9112.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. 2014. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 686 p. ISBN 978-85-200-0652-8.

BARBOSA; Wilton Dias; PORTILHO, Isaque Elias. 2016. “As políticas externas de Argentina

e Brasil durante seus regimes militares: uma abordagem comparativa”. Revista Relações Internacionais. v. 51. p. 107-123. ISSN-e 1645-9199.

BEIRED, José Luis Bendicho. 2001. “A grande Argentina: um sonho nacionalista para a construção de uma potência na América Latina”. Revista Brasileira de História. n. 42. p. 303-322. ISSN 0102-0188.

CAVLAK, Iuri. 2008. A política externa brasileira e a Argentina Peronista (1946-1955). São Paulo: Annablume. 212 p. ISBN-10 857-4198854.

CERVO, Amado Luiz. 2001. Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas. Brasília: IBRI. 320p. ISBN-13 978-8502064249.

CYJON, Roberto. 2024. “‘Uruguay constituye la llave de todos los países de la Cuenca del Plata’: Eventual instalación de bases aeronavales estadounidenses en Uruguay en 1940: una perspectiva internacional (1938-1940)”. Uruguay: Revista Encuentros Uruguayos. n. 1. p. 1-38. e-ISSN: 1688-5236.

DORATIOTO, Francisco. 2014. O Brasil no Rio da Prata (1822-1994). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. 190p. ISBN 978-85-7631-510-0.

GRIMSON, Alejandro. 2003. La Nación en sus límites: contrabandistas y exiliados en la frontera Argentina-Brasil. Barcelona: Editorial Gedisa. 87 p. ISBN-10 8474329957.

HENRIQUE, Heitor Esperança. 2022. A aliança militar Brasil-Estados Unidos e a Força Aérea Brasileira na Segunda Guerra Mundial (1942-1945). 2022. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. 2022. Anotações sobre o Estado Novo em Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil: Controle político-social, censura, repressão e resistência in Andrade, Gustavo Figueira; Piassini, Gustavo Figueira Andrade; Padoin, Maria Medianeira (orgs.). História de Santa Maria: novos olhares. Porto Alegre: Casaletas. 2022. 493 p. ISBN 97865866625646.

LATFALLA, Giovanni. 2020. “Deve o general Goés Monteiro ser esquecido?”. En: XIX Encontro de História da Anpuh-Rio. Rio de Janeiro: ANPUH. 2020. 12 p.

LIMA, Bruna. 2019. Fronteira entre o regional e o transnacional na política de desenvolvimento econômico do Brasil e o caso da fábrica Cyrilla de Santa Maria, RS, Brasil. 2019. 188 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

MACHADO, Lia Osorio. 2000. “Limites e Fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade”. Revista Território. v. 8. p. 9-29. [n.e].

MACHADO, Márcia Kaipers. 2008. A presença do Exército e da Aeronáutica na organização espacial de Santa Maria-RS. Dissertação (Mestrado em Geografia, Área de Concentração em Sociedade e Meio Ambiente) - Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

MELLO, Luiz Fernando da Silva; SILVA, Manuela Ilha. 2022. Patrimonialização para além dos limites do centro de Santa Maria - Uma discussão sobre valores e sentidos atribuídos in Andrade, Gustavo Figueira; Piassini, Gustavo Figueira Andrade; Padoin, Maria Medianeira (orgs.). História de Santa Maria: novos olhares. Porto Alegre: Casalettras. 493 p. ISBN 97865866625646.

MUÑOZ, José R. Sanchis. 2010. Historia diplomática argentina. Buenos Aires: Eudeba, 2010. 568 p. ISBN 978-950-23-1724-3.

OLIVEIRA, Dennison. 2019. “A pior deficiência do Brasil’: aliança militar Brasil-EUA, políticas de transporte e as negociações sobre uso de bases militares no Pós-Guerra (1943-1945)”. Revista Nordestina de História do Brasil. n. 1. p. 51-90. ISSN 2596-0334.

PADOIN, Medianeira. 2022. Alguns registros da história de Santa Maria - Cidade Fronteiriça in Andrade, Gustavo Figueira; Piassini, Gustavo Figueira Andrade; Padoin, Maria Medianeira (orgs.). História de Santa Maria: novos olhares. Porto Alegre: Casalettras. 493 p. ISBN 97865866625646.

PELLEGRINO, Gabriela; PRADO, Maria Ligia. 2019. História da América Latina. São Paulo: Contexto. 203 p. ISBN 978-85-7244-832-1.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. 1993. “A invenção da sociedade gaúcha”. Ensaios FEE. n. 2. p. 383-396. ISSN 2-383-396.

RICUPERO, Rubens. 2021. A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016). São Paulo: Versal Editores. 724 p. ISBN 978-85-89309-81-3.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. 2018. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras. 709 p. ISBN 978-85-3592-566-1.

SILVIA, Manuela Ilha. 2015. Para Além do Centro Histórico: Valores e Sentidos do Patrimônio Cultural Edificado de Santa Maria/RS. 2015. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Programa de Pós Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em Arquitetura e Patrimônio Material, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

RAPOPORT, Mario. 2003. Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2000). Córdoba: Macchi Grupo Editor. 1147 p. ISBN 950-537-583-2.

SILVA, Guilherme Cardoso da. 2012. Espacialização e valorização de terrenos no bairro Camobi - Santa Maria, RS. Monografia (Especialização em Geomática, Área de Concentração em Tecnologia da Geoinformação) - Centro de Ciências Naturais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

VARGAS, José Nilton Silva. 2017. A geografia militar no planejamento e na execução das operações militares na Região Sul do Brasil. Dissertação (Mestrado em Geografia, Área e Dinâmica Espacial) - Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. 2009. Relações Brasil-Argentina: a construção do entendimento (1958-1986). Curitiba: Juruá. p. 286. ISBN 978853622394-0.

WELLES, Summer. 1944. The Time for Decision. Londres: Morrison and Gibb Limited. 431